

Clube dos Devedores

O ministro Bresser Pereira reintroduziu lucidez na questão da dívida externa brasileira ao afirmar que o Brasil deseja terminar a moratória e normalizar suas relações com o mercado financeiro internacional. Afirmou ele que tem uma proposta *positiva*, “muito conveniente para o Brasil e também satisfatória para os bancos.”

A questão da dívida externa vem rolando neste país como se assunto de tal relevância pudesse servir apenas aos interesses de palanque dos segmentos mais radicais no partido majoritário, que insiste em vestir uma camisa de força na negociação, para assumir uma postura rígida e unilateral.

A dívida externa se expressa hoje, em números redondos, em 85 bilhões de dólares por conta do setor público, e 29 bilhões do setor privado, com um total de 119 bilhões de dólares em números aproximados. O efeito líquido do impasse nas negociações com banqueiros e instituições internacionais é a paralisia nos investimentos estrangeiros, com seus reflexos sobre a taxa global de investimentos no país.

De uma taxa de investimentos de 25 por cento do Produto Interno Bruto em meados da década de 70, caímos para cerca de 16 por cento, segundo estimativas recentes e, sem dúvida, otimistas. Não há planos nem projetos organizados que tenham pulado das pranchetas para a realidade em setores vitais como energia, transportes, agricultura ou indústria pesada. Algumas multinacionais adiaram programas de curto prazo à espera da definição do cenário da Constituinte e do que quer o Brasil das suas relações internacionais.

É evidente que a questão da dívida dos países em desenvolvimento ou novos industrializados, como o próprio Brasil, não pode mais ser enquadrada na moldura estreita da ordem econômica que vigorou nos anos 70, durante a reciclagem dos petrodólares abundantes, ou, mais recentemente, quando os bancos ainda tinham abertas as suas torneiras para financiamentos a juros elevados. Há uma crise que irá se refletir na reunião do Fundo Monetário e do Banco Mundial em Washington, e já transpareceu no comunicado expedido depois da reunião dos ministros da Fazenda do Brasil, da Argentina e do México.

As declarações dos senhores Bresser Pereira, Petriccioli e Sourrouille devem ser consideradas pelos credores com respeito e atenção, quando afirmam que medidas de ajustamento interno não são suficientes para resolver o problema da dívida, e reclamam “o exercício da co-responsabilidade de devedores e credores num cenário de crescimento compartilhado”. Igualmente justa é a observação de que o serviço da dívida não é compatível com o protecionismo dos países credores, e que os “superávits comerciais necessários devem ser

resultado do aumento das exportações dos países devedores e não da diminuição de suas importações”.

O grande problema, porém, consiste em saber até onde as propostas do ministro da Fazenda podem defender os interesses nacionais legítimos, e até onde continuarão se curvando diante das proposições demagógicas que cercam a questão da dívida externa no cenário político doméstico. Não faz muito tempo a Fundação Pedroso Horta, um dos principais núcleos de pensamento e geração ideológica do PMDB, divulgou um documento que por si só inviabilizaria qualquer começo de conversa com a comunidade financeira internacional.

Esse documento pura e simplesmente afirma que um eventual rebaixamento na classificação dos créditos brasileiros é irrelevante, pois o Brasil já está há muito tempo excluído dos créditos externos voluntários. Diz que a moratória “é o principal instrumento de negociação de que o Brasil dispõe”. Considera como essencial a não-aceitação do monitoramento da economia brasileira pelo FMI, não importa o grau em que se negocie esse monitoramento. Nega qualquer pagamento de juros aos banqueiros internacionais, ainda que em caráter simbólico, para aplinar as divergências na negociação. Propõe, pura e simplesmente, um *spread* (taxa de risco) zero, o que significaria colocar os bancos contra a parede, pois um precedente brasileiro desse tipo logo seria reivindicado por todos os credores no mundo. E assim por diante.

O que caracterizou o quadro da moratória até agora foi a intolerância e a incompetência política lastreada na suposição ideológica de que esse é o melhor caminho para o desenvolvimento brasileiro independente e autárquico. Estamos chegando ao fim do ano com a dupla ameaça de inflação e recessão, sem que o Brasil tenha feito qualquer acordo com o Fundo Monetário, sem que tenha o monitoramento do FMI, com os bancos estrangeiros mantidos a distância e o impasse nas relações com o Clube de Paris.

Pior que tudo isso é o cenário político impreciso, não só *vis à vis* com a Constituinte, mas ainda dentro da própria arrumação administrativa, refletindo a desagregação das forças que até agora se aglutinaram e conviveram no governo. Estamos assistindo a um espetáculo que o Brasil não merece, e onde o partido majoritário é o principal responsável, pois dele partiram as doses cavalares de intolerância ideológica, seja em relação à dívida externa, seja em relação à reforma tributária e às fundações do federativismo, seja nos reflexos sobre a dívida interna.

Enquanto esse quadro não se cristalizar em coerência e consistência com os verdadeiros interesses nacionais, o palco externo continuará vago, não importa a ingenuidade com que se pense que um clube de devedores subdesenvolvidos poderá abalar o sistema monetário internacional.